



II ATA DA 8ª. ASSEMBLÉIA GERAL DA REDE DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS DA MATA ATLÂNTICA - RMA

REGISTRO DE REG. DE PESSOAS JURÍDICAS Nº 3.541
Tel: 223-1500 Fax: 225-6402 - Brasília-DF

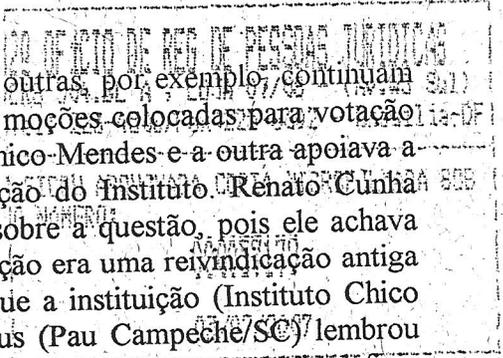
FICOU ARQUIVADA COPIA MICROFILMADA SOB Nº 3.541

No vigésimo sexto dia do mês de maio do ano de dois mil e sete, às nove horas e quinze minutos, foram reabertos os trabalhos da 8ª Assembléia Geral Ordinária da Rede de Organizações Não Governamentais da Mata Atlântica - RMA, realizada durante o XI Encontro Nacional da RMA, na sala Ônix do Swan Tower Hotels, na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. A coordenadora geral da RMA, Kathia Vasconcellos Monteiro, reiniciou os trabalhos da Assembléia agradecendo a presença dos participantes (Lista de Presença - Anexo I) e lembrando que nesta plenária seriam discutidos os itens constantes da pauta aprovada no dia anterior, à exceção do Item 1) Eleições, a saber: Item 2) Aprovação de Novas Entidades. Item 3) Apresentação da Lista de Filiadas Inativas. Item 4) Leitura e Aprovação de Moções. Item 5) Apresentação do Relatório de Atividades de 2006. Item 6) Apresentação do Relatório Financeiro do Ano de 2006 e de Janeiro a Abril de 2007. Item 7) Homologação do Parecer do Conselho Fiscal sobre o Exercício de 2006. Item 8) Aprovação do Relatório de Atividades e do Balanço de 2006. Item 9) Aprovação das propostas vindas dos Grupos de Trabalho durante o XI Encontro Nacional. Item 10) Aprovação da Campanha de Captação. Item 11) Outros itens que necessitem de deliberação. Em seguida, Kathia falou sobre as gratas surpresas que teve durante o período em que foi coordenadora geral da RMA: *"Gostaria de compartilhar essas coisas boas com vocês, eu tive uma grata surpresa quando assumi e o Armin foi meu companheiro de todas as horas. Como o Armin ia muito à Brasília, trabalhos juntos nestes últimos meses. Foi uma surpresa muito boa ter conhecido esse Armin que eu não conhecia e ver seu envolvimento com a RMA. Outra grande surpresa foi quando nossa jornalista, que estava substituindo a Sílvia em licença-maternidade, saiu e deixou um estagiário que assumiu, de fato, a comunicação da Rede. É um menino que teve muita fé, muita força, que tocou o boletim, mesmo sem experiência, como se fosse muito antigo - como trabalham já o Bruno, Carlos, Eliana - e ele, Tiago, 'vestiu a camisa'! Outro momento importante foi com o pessoal do Piauí, em Teresina. A gente sempre diz que a Rede está nas pontas, e várias vezes fomos à ponta e esta achava que nós iríamos fazer o trabalho. Quando chegamos no Piauí, as entidades locais, todas, estavam organizadas e já trabalhando! Fomos apenas um 'plus', um algo a mais no trabalho-deles. O pessoal do Piauí é um exemplo para nós, entidades dos outros Estados, porque mostra que não basta ficar de braços cruzados esperando a Rede resolver nossos problemas. Os problemas dos Estados são resolvidos pelas entidades estaduais. A Rede nada teria conseguido se não fosse esse trabalho que vocês já estavam fazendo e continuam fazendo em suas regiões. E agora, mais recentemente, nos últimos meses, percebemos na coordenação a presença de uma pessoa da ONG Vale Verde/SP que não freqüentava as reuniões da Rede, estava na equipe de captação de recursos, que é o Jéferson Oliveira, e que nos últimos dois meses tem cumprido sua tarefa de maneira muito séria, responsável e com dedicação, trabalhando de maneira incansável para a finalização da campanha de captação de recursos. O Jéferson também foi uma agradável surpresa".* Após as palavras iniciais, deu-se início ao cumprimento da Pauta. **Item 2) Aprovação de Novas Entidades.** Kathia Vasconcellos convidou dois membros da Rede, Marcus Graff (Assecan/RS) e Jéferson Oliveira (Vale Verde/SP), a apresentarem o resultado da apreciação dos pedidos de filiação à RMA. Marcus informou que apareceram poucos pedidos para filiação e citou ONGs que estavam com toda a documentação em dia e outras com pendências. No caso da ONG Ambiente Brasil (MG), ele informou que ela tinha toda documentação em dia, mas que estava com data de maio do ano passado. A plenária informou que a ONG estava funcionando e, então, o senhor Marcus aprovou o pedido, para levar à votação. Jéferson informou que havia duas ONGs cuja documentação tinham data de 2006, por isso seria importante contatar estas organizações para saber se estão ativas. Marcus afirmou que o Instituto Eco-solidário não enviara carta de recomendação nem relatório de atividades. A assembléia poderia homologar o pedido e as organizações poderiam tentar se regularizar em trinta dias. Jéferson

informou, a seguir, que algumas organizações não entregaram toda a documentação exigida e Marcus também informou que uma delas só entregou a ficha de inscrição. Klaudio pediu esclarecimento sobre a filiação da ONG Asa Ambiental, para saber se representava uma única instituição ou um conjunto de ONGs. O senhor Celso Maioli Jr. (Força Verde/ES) esclareceu que tinham um fórum e juntaram várias pessoas de ONGs para constituir a Asa Ambiental, que não é de entidades, mas de pessoas que também atuam em outras ONGs, e tem personalidade jurídica como instituição legalmente constituída. Marcus informou que para filiar-se à RMA era preciso respeitar o estatuto: é necessário que as ONGs sejam “ambientalistas”, porque a RMA é composta de ONGs ambientalistas. Kathia esclareceu que, se a organização não preencheu os pré-requisitos básicos e não cumpriu um mínimo exigido seu pedido de filiação não poderia ser votado. Marcus, então, informou que ONGs estavam com a documentação completa e em dia, a saber: AMBIENTE BRASIL, COM MANGUINHOS, INSTITUTO IBIOSFERA, PLANETA VERDE e TRAMIRIM. A plenária aprovou a filiação de todas elas por unanimidade. No caso do Instituto Eco-solidário (SP), a comissão de análise informou que faltou o relatório de atividades e duas cartas de referência. A plenária votou e aprovou a pré-filiação dessa organização com a condição de que se regularize em trinta dias; três votos foram contrários à filiação do Instituto Eco-solidário e houve duas abstenções (Anexo II). No caso da ONG Fumedi, que apresentou apenas ficha de filiação, a análise da RMA será feita no próximo ano (2008). Já no caso da Asa Ambiental, o senhor Klaudio informou, após ler o estatuto da organização, que o artigo quarto estabelece que a ONG é composta por integrantes do fórum permanente de ONGs ambientalistas e que se trata de uma “Associação de Entidades Não Governamentais Ambientalistas do Estado do Espírito Santo”. Segundo Klaudio, trata-se de um coletivo de entidades ambientalistas e a RMA é integrada por organizações ambientalistas e não por Redes, por isso ele solicitou o indeferimento do pedido de filiação da entidade. Celso, que também faz parte da Asa Ambiental, afirmou, no uso da palavra: “*eu sinto muito a pena de perder essa oportunidade, porque a Asa Ambiental é um organismo que já tem viveiros funcionando, mas gostaria de poder participar da RMA*”. Klaudio sugeriu que, embora a Asa Ambiental não pudesse participar diretamente como membro da RMA, suas organizações e entidades ambientalistas poderiam. Celso afirmou que essas organizações já faziam parte da RMA. Kathia disse que a RMA poderia ser uma parceira, trabalhar junto com a organização, mas que, por questões de estatuto, onde está previsto que a RMA congrega ONGs e não Redes de ONGs, a organização não poderia se filiar.

Item 3) Apresentação da Lista de Filiadas Inativas. Após votar as filiações à RMA, Bruno Maciel, da Secretaria Executiva, apresentou a lista de entidades filiadas inativas (Anexo III). Informou que a RMA mantém um cadastro atualizado com todas as organizações filiadas à Rede e que quando não é mais possível entrar em contato, devido a mudanças de telefone, e-mail ou endereço das ONGs, ou mesmo por falta de pagamento de anuidades, a Secretaria Executiva da Rede insere estas organizações na lista de entidades inativas. Bruno fez a leitura da lista e pediu aos presentes que se manifestassem, caso soubessem se as organizações continuam atuando ou possuem novos contatos. Celso (ES) informou que a instituição Aves Reabilitadas está funcionando, mas que a pessoa de contato fica em Itaúnas, em local de difícil acesso. Ele se prontificou a entrar em contato e pedir para a organização atualizar os endereços com a RMA. A seguir, o senhor Maurício afirmou que iria solicitar a uma entidade do Rio de Janeiro que fizesse contato com a RMA. Maurício também informou que a ONG Os Verdes estava desligada da Rede. A senhora Márcia (SC) informou que em seu Estado, a ONG Voluntários Verdade Ambiental está ativa e poderia repassar endereços e contatos para a Secretaria da RMA. O IESB iria, também, solicitar à Fundação Pau-Brasil, na Bahia, para entrar em contato com a Rede. Retomando a palavra, Bruno Maciel informou que houve um pedido de desfiliação, do Instituto Mongue Proteção ao Sistema Costeiro (SP).

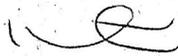
Item 4) Leitura e Aprovação de Moções. Dando continuidade à pauta, iniciou-se a leitura para aprovação ou não de moções da RMA. Foram convidadas as senhoras Elizete Siqueira e Cristina Chiodi, da comissão de análise das moções, para informar quais documentos atenderam às exigências do estatuto. Cristina informou que no dia anterior à assembléia fez, junto com a Elizete, análise dos requisitos e que diversas moções estavam



incompletas. Algumas delas ainda puderam ser regularizadas a tempo, outras, por exemplo, continuam com dados preenchidos à mão, sem versão digital. As duas primeiras moções colocadas para votação foram contraditórias, pois uma delas apoiava a criação do Instituto Chico-Mendes e a outra apoiava a Associação de Servidores do Ibama nas manifestações contra a criação do Instituto Renato Cunha (Gambá/BA) afirmou acreditar que RMA tinha de ter uma posição sobre a questão, pois ele achava que criar uma instituição para criar e gerenciar Unidades de Conservação era uma reivindicação antiga da RMA. Disse também que a RMA teria que se posicionar para que a instituição (Instituto Chico Mendes) passasse a cuidar da biodiversidade brasileira. João de Deus (Pau Campeche/SC) lembrou que a escolha por apoiar uma moção excluiria a outra, por serem contraditórias. A assembléia definiu que prosseguiria com a leitura das duas moções contraditórias e, em seguida, fariam a votação. Então, Cristina Chiodi leu inicialmente a moção de apoio ao Asibama e, em seguida, a de apoio à criação do Instituto Chico Mendes. Na defesa da moção de apoio à Asibama, Jorge Ram (Amigos das Águas/PR) afirmou que quando leu o manifesto do Ibama, passou a ter outra visão e posição e achava que nem todo mundo na RMA conhecia a situação detalhadamente, e acreditava que, com relação à outra moção, de apoio ao Instituto Chico Mendes, ela não dizia porque era preciso apoiar. Em seguida, o senhor João de Deus fez a defesa da moção de apoio ao Instituto Chico Mendes, esclarecendo que a moção foi feita em função da percepção de que era necessário o aperfeiçoamento do órgão executivo de meio ambiente e que, em seu entendimento, com o instituto permitir-se-ia maior profissionalização, agilidade maior nos processos de criação e implementação de UCs, o que não comprometeria o licenciamento ou a fiscalização. Disse ainda que nessa mudança pragmática poderia haver aprimoramento, profissionalização e agilidade maior, não incorrendo, portanto, problemas sobre atribuições do Ibama ou do Instituto Chico Mendes. Afirmou ainda que a divisão não traria, *a priori*, qualquer tipo de prejuízo para os atuais técnicos que atuam no Ibama. O Instituto Chico Mendes seria um órgão que se ocuparia mais das UCs, de sua melhoria e gestão. Após o debate, a assembléia iniciou a votação de moções, cujo resultado encontram-se no Anexo IV da presente Ata. Após o término da leitura e aprovação das moções, Cristina Chiodi encerrou o tema da pauta, ressaltando que alguns dos documentos precisavam de ajustes nos textos. Nesse momento os trabalhos foram suspensos para o intervalo de almoço. Reabrindo os trabalhos da 8ª Assembléia Geral Ordinária da Rede de ONGs da Mata Atlântica, a coordenadora institucional eleita fez uso da palavra para informar que havia surgido a idéia da criação de um Conselho Consultivo da RMA e que, como esse conselho não estava previsto no estatuto, sua criação precisaria ser aprovada nesta assembléia. Continuou explicando que, a exemplo de grandes empresas ou organizações, que têm conselho consultivo, o Conselho Consultivo da RMA seria um lastro para organizações que contribuíram muito e atualmente se ausentaram um pouco da Rede. Esse Conselho Consultivo daria suporte à coordenação e maior visibilidade à Rede, pois um conselho consultivo referendaria melhor as decisões. O representante da Vale Verde(SP), Jeferson, questionou se a indicação de nomes para o conselho e representação seriam definidos por pessoas ou por instituições. Já Lisiane (Mira-Serra/RS) sugeriu que o funcionamento do conselho fosse detalhado, inclusive a sua forma de comunicação. Marcus (Assecan/RS) sugeriu convidar pessoas diretamente envolvidas com a Rede ao invés de entidades. Kênia disse acreditar que o Conselho Consultivo poderia ajudar até mesmo nas questões relacionadas com o Conselho Fiscal. A seguir, a assembléia votou e deliberou favoravelmente e por unanimidade pela criação do Conselho Consultivo da RMA, indicando a Kênia como uma das articuladoras para a instalação do conselho.

Item 5) Apresentação do Relatório de Atividades de 2006. Seguindo com a pauta, Bruno Maciel apresentou o Relatório de Atividades de 2006, informando que antes, gostaria de contextualizar a RMA, que tem 312 ONGs e vem trabalhando o Plano de Captação de Recursos do Plano Estratégico 2004/2007, sendo que até maio de 2007, 97% dos recursos já haviam sido aplicados. Informou também que há, ainda, um aditivo de 99 mil dólares para mesmo projeto. Bruno apresentou o Acordo TF054539 do Bird, assinado em dezembro de 2004, que previa 934 mil dólares mais contrapartida. Disse que o objetivo era dar continuidade e ampliar as ações da RMA para recuperação, conservação e políticas

públicas para Mata Atlântica. Também foram apresentadas as principais atividades realizadas pela RMA em 2006: reuniões da Coordenação Nacional em Curitiba/PR (26 e 27 de março) além de participação na COP-8, em Ilhéus/BA (maio de 2006) e em Brasília/DF (setembro de 2006); Semana da Mata Atlântica e X Encontro Nacional – 26 a 28 de maio de 2006 – em Ilhéus/BA; a questão das UCs no Sul da Bahia; Transposição do Rio São Francisco; carcinicultura. De acordo com Bruno, a COP-8 foi um momento muito especial para a Rede, pois a RMA tinha estande montado no evento, participou de mesa redonda sobre o bioma, houve o lançamento do livro “Mata Atlântica - Uma Rede Pela Floresta” e do primeiro número da revista temática da RMA “Rede pela Mata”. Houve também uma grande manifestação a favor dos biomas brasileiros no centro da cidade de Curitiba. A RMA colaborou também na construção do Plano de monitoramento e controle ambiental do Ibama, lançado pelo Ibama na COP-8. Sobre o Projeto de Lei do parcelamento do solo, Bruno informou tratar-se de uma lei que interfere nas APPs, altera o sistema ambiental brasileiro, com graves consequências para o bioma. Apesar de alterar o Código Florestal e a Lei da PNMA (Lei 6938/81), o PL ainda não havia sido examinado pela Comissão de Meio Ambiente da Câmara e que a RMA ficaria alerta. Outras ações enumeradas por Bruno foram: visita do grupo de assessoria internacional do PPG7 (IAG) – que identificou duas carências centrais que dizem respeito respectivamente aos instrumentos para o bioma Mata Atlântica e à coordenação entre as esferas e políticas governamentais; atualização de áreas prioritárias (Probio); campanha contra a carcinicultura, lançada em Ilhéus/BA; realização do Seminário de APPs (participação do GT de APPs e RLs) – a coordenadora Elizete Siqueira foi a Brasília e, juntamente com a Secretaria Executiva, articulou a programação com o Conama; participação no GT de Comunicação e Informação Ambiental do MMA; II Jamboree Nacional Escoteiro – oficina “Planejando Paisagens” organizada pela RMA; mudança do escritório da RMA; alterações no PDA para projetos em Rede – criação de uma linha de apoio a Redes nos projetos de âmbito nacional; câmara técnica do PDA, análise de projetos; elaboração do Programa Mata Atlântica; discussões, debates, articulações sobre o mapa de biomas; seminários de áreas prioritárias (3 seminários - regiões Sul, Sudeste e Nordeste); política ambiental Rabobank – banco holandês que exerce papel de liderança internacional para financiamento de atividades da cadeia agroalimentar: a instituição desenvolveu uma política socioambiental para o banco; sanção da Lei da Mata Atlântica – após 14 anos tramitando no Congresso, foi publicada no dia 26/12/2006; ampliação do prazo e aditivo do acordo com o Banco Mundial; participação em Congressos e Eventos: Congresso Mineiro de Biodiversidade (Combio), V Congresso Ibero-Americano de EA, XI Congresso Nordestino de Ecologia (com lançamento de livro); Viva a Mata; ações de comunicação: boletim eletrônico, website, três edições da revista “Rede pela Mata”, livro “Mata Atlântica – uma Rede pela floresta”, listas de discussão. Bruno solicitou que as organizações da RMA entrassem em contato com ele para obter a senha de acesso à página eletrônica da RMA para alimentá-la com suas informações; atividades dos Grupos Temáticos da RMA; Painel de inspeção – Projeto Paraná Biodiversidade – projeto do Banco Mundial com Governo do Paraná. Foram recebidas várias críticas, dizendo que o projeto estava rumando para um caminho errado. O Banco Mundial tem o painel de inspeção, que analisa se um projeto está causando danos ou problemas ao meio ambiente. Por conta de problemas que vinham sendo apresentados, a RMA acessou esse painel, inclusive recebendo visitas de pessoas de fora, que ficaram impressionadas com o trabalho da Rede e solicitaram que fosse divulgado o painel de inspeção. Representações da RMA em diversos fóruns; finalização do aditivo de 99 mil dólares com o Bird; atividades referentes à sanção da Lei da Mata Atlântica; Negociações com o PDA; nova campanha de sustentabilidade desenvolvida e aprovada; proteção da Serra Vermelha. Concluindo sua fala, Bruno convidou os membros da RMA a acessarem o site da RMA www.rma.org.br para fazerem o *download* do Plano Estratégico da Rede, a fim de conferir quais objetivos foram alcançados, informando que a quase a totalidade das metas haviam sido atingidas e que A RMA iniciava agora uma nova fase, houve evolução significativa em todos os componentes, e sempre buscou avaliar e replanejar suas estratégias. Os próximos passos seriam consolidar os GTs e continuar trabalhando com e pela Lei da Mata Atlântica. Jéferson, da ONG Vale

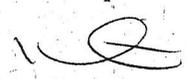


aparte e questionou se houve apresentação do balanço financeiro da RMA ao conselho. Lisiane respondeu que "tudo que entra e sai na Rede é analisado pelo conselho. Todo mês a Eliana mandava para nós a listagem e comprovação de todos os gastos e a gente analisava exaustivamente tudo, muito bem, até os demonstrativos do banco, todos os meses. Nós analisamos também contratos e outros documentos. Realmente é um trabalho bastante exaustivo", afirmou Lisiane.

Item 8) Aprovação do Relatório de Atividades e do Balanço de 2006. A seguir a assembleia homologou o relatório de atividades, por unanimidade, logo após sua apresentação. A assembleia também votou e aprovou por unanimidade o relatório financeiro apresentado pela secretaria executiva e pelo conselho fiscal.

Item 9) Aprovação das propostas vindas dos Grupos de Trabalho durante o XI Encontro Nacional. O próximo tema da pauta seriam os Grupos Temáticos da Rede. No entanto, Kênia e Armin, que estavam facilitando a discussão, tiveram de se retirar da assembleia devido ao horário do voo de retorno para suas cidades de origem. Assim, a assembleia deliberou que as propostas para os GTs na RMA serão finalizadas e enviadas por e-mail.

Item 10) Aprovação da Campanha de Captação. O item seguinte



da pauta da assembléia é a campanha de captação de recursos da Rede. A plenária votou e aprovou com duas abstenções, a finalização da Campanha de Captação de Recursos da RMA, com as sugestões e modificações acordadas na discussão do dia anterior à assembleia, quando a campanha foi apresentada aos membros da Rede. A seguir os Estados-membros da RMA definiram as Organizações-Elo da RMA, conforme previsto no Item 1, alínea c, acima: Nordeste: Furpa/PB, Aroeira/CE, STVBrasil/RN, APAN/PB, SNE/PE, IPMA/AL, Mopec/SE e Gambá/BA; Sudeste: Amda/MG, Força Verde/ES, Projeto Copaíba/SP. O Rio de Janeiro vai mobilizar as organizações para deliberar. O prazo dado pela secretaria executiva da RMA foi de 15(quinze) dias. Se não houver indicação do Elo, o representante do Rio de Janeiro no Conselho Coordenador assumirá este cargo. Sul: Mater Natura/PR, Pau-Campeche/SC, Vida Pantaneira/MS; o Elo do Rio Grande do Sul é formado por uma coordenação tripartite e uma secretaria executiva: Projeto Mira-Serra, Associação Ecológica Canela – Planalto das Araucárias-Assecan, Núcleo Sócio Ambiental Araçá-Pirangá/RS e Núcleo Amigos da Terra/Brasil, respectivamente. Após a indicação das entidades-elo da RMA nos Estados, a plenária votou e aprovou todos os nomes por unanimidade. **Item 11) Outros itens que necessitem de deliberação.** O senhor Adriano Wild, do IESB (Ilhéus-BA) fez uso da palavra: *“Gostaria de lançar uma proposta para uma questão que é uma grande ameaça para o bioma - os aterros sanitários e lixões, que hoje ameaçam muito as bacias hidrográficas e a maior parte dos municípios. Quero mandar moção de apelo ao MMA e ao novo secretário de Assuntos Urbanos, uma moção de apelo para a elaboração da Política Nacional de Resíduos Sólidos”*. A seguir, Miriam Prochnow informou que fez durante o seminário da Mata-Atlântica uma provocação para ver se era possível encontrar cidades que estivessem dispostas a aplicar a Lei da Mata Atlântica: *“Surgiram vários candidatos interessados nisso, e depois do evento conversei com Luciano Zica, secretário de Assuntos Urbanos, que ficou interessado em discutir o assunto. Eu também posso elaborar essa proposta sobre como imaginamos uma cidade aplicando a Lei da Mata Atlântica. Podemos solicitar uma audiência com o ministro para encaminhar os assuntos”*, disse Miriam. O senhor Adriano também informou que participou na semana anterior do Primeiro Fórum Nacional Sobre Resíduos Sólidos, em Porto Alegre, e denunciou um aterro de Ilhéus que está dentro de uma Área de Preservação Ambiental (APA) com 7 nascentes já contaminadas: *“Era um aterro que virou lixão. Por isso temos que ter uma Política Nacional de Resíduos Sólidos.”* Lisiane Becker afirmou que o Rio Grande do Sul tem uma certa experiência com o assunto: *“Temos vários tipos de solos, como no litoral – que não pode ter aterro, então algumas cidades enviam seu lixo para outras localidades. Aqui, todos os municípios que não estão cumprindo a legislação pagam multa diária. No caso de Guaíba, atravessando a ponte, tínhamos um lixão, que passou para a categoria de aterro controlado. A prefeitura foi multada e teve que achar rapidamente outro lugar para o aterro e fazê-lo como deve ser feito. Acho que as entidades ambientais têm grande poder para pressionar os municípios. Nós também temos uma lei para cemitérios, por isso gostaria de incluir neste documento essa questão”*, sugeriu Lisiane Becker. A plenária da assembléia votou as sugestões e aprovou-as por unanimidade. O senhor Adriano, do IASB (Ilhéus-BA), comentou que em sua região existem entidades com potencial muito grande para contribuir com a Rede em termos de conhecimentos científicos. Ele também disse que gostaria de incentivar as outras instituições a fazerem o mesmo, auxiliando na divulgação de informações. O senhor Melquíades fez uso da palavra e disse que *“nesses anos em que participo dos encontros da RMA, tenho uma preocupação com apoio e parceria efetiva da RMA e todos com relação ao avanço das monoculturas. É preciso abrir urgentemente um debate sobre essa situação, porque é exatamente nas áreas de mata atlântica que está avançando a monocultura. A gente tem um corredor central da cultura do eucalipto com manchas isoladas da Mata Atlântica. A partir desse encontro tivemos uma idéia de realizar um seminário nacional para discutir as monoculturas e precisamos do apoio das entidades para realizar esse encontro nacional ou internacional. Existe também a questão preocupante da produção de biodiesel com a cultura da mamona e outras espécies, que ameaçam não só a Mata Atlântica mas outros biomas no Brasil. Esperamos contar com apoio de todos para a gente trabalhar ainda esse seminário este ano”*. O

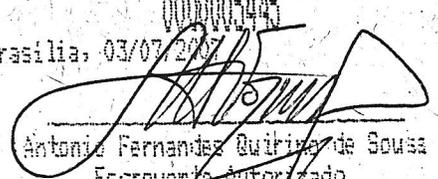


senhor Adriano Wild retomou a palavra para comentar sobre a necessidade de discussão sobre o Sistema Cacao-Cabruca no sul da Bahia, iniciada no ano passado no Encontro Nacional da RMA em Ilhéus. Durante o ano de 2006, opiniões contrárias foram mencionadas em várias trocas de e-mails dentro da RMA, sem que houvesse um consenso. Na presente Assembléia, Adriano solicitou um posicionamento da RMA sobre a possibilidade de ocupação das APPs por SAFs diversificados, e o assunto ficou de ser analisado após a Assembléia, pela Coordenação da RMA. E não havendo nada mais a ser encaminhado, e tendo cumprido a pauta em sua totalidade, a senhora Kathia Maria Vasconcellos Monteiro deu por encerrados os trabalhos da 8ª Assembléia Geral Ordinária da Rede de ONGs da Mata Atlântica, agradecendo à equipe de trabalho, pessoas e organizações que contribuíram para a realização da assembléia e solicitando a lavratura da presente ata, que após lida e aprovada pela plenária, segue assinada por ela.

Porto Alegre, 26 de maio de 2007.



Kathia Maria Vasconcellos Monteiro

122 OFÍCIO DE REG. DE PESSOAS JURÍDICAS CRS 504.BL A - LOJA 07/08 - (Av. N3 Sul) Tel: 223-4508/Fax: 225-6602 - Brasília-DF
Apresentado hoje, protocolo e registrado sob nº: 000057179
Anotado a margem do Registro nº: 000005445
Brasília, 03/07/2007
 Antonio Fernandes Quirino de Sousa Escrivente Autorizado



ANEXO I

VIII ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA RMA

Porto Alegre, maio de 2007

LISTA DE PRESENÇA - 26/05/07

DEPARTAMENTO DE REG. DE PESSOAS UNIDAS
 RUA 97/09 - (Av. NS 511)
 TEL: 223-4546/Fax: 225-6602 - Brasil/RS
 FICOU ARQUIVADA COPIA MICROFILMADA SOB
 O NÚMERO: 00057179

Nº	NOME	INSTITUIÇÃO	UF	E-MAIL	TELEFONE
1	Maria José dos Santos	Org. CUPIM	SE	agratunem@yahoo.com.br	(83) 885777178
2	LIZALDO V. DOS SANTOS	KOPEC	SE	mopec.se@yahoo.com.br	88.222067
3	KENIA VALENÇA CARREIA	GESCR	PE	Kaustlyzho@yahoo.com.br	83324954
4	Gabriela Coelho de Souza	ANAMA	RS	gabrielecoelho@yahoo.com.br	916596784
5	Cristina Chioldi	Amida	MG	ruudis@amida.org.br	(31) 32910661
6	KLAUDIO COFFANI NUNES	VIDAGUA	SP	kpaudio@igmail.com	(014) 96313076
7	Thizete S. Ojima	IPEMA	CE	elizeteojima@hotmail.com	(27) 99616507
8	CELSO MAIOLI JR.	FORÇA VERDE	ES	celso.maioli@terra.com.br	27-32621370
9	MELQUIADES SPINDA	CEPEDES	Ba	cepedes@cepedes.org.br	73 32812768
10	Rôbin Le Baston	CRACAMBI	MG	cracambi@cracambi.com.br	323721456
11	Sidivaldo P. de Oliveira	NATURAZA BELIA	Ba	sidoliveiras@yahoo.com.br	(73) 3270-2215
12	TIAGO SARTORI	AAPC	SP	sartori@aac.org.br	(11) 33518804
13	Tauem Martins	FUNCERRADOS	SP	tauemartins@bol.br	32116179
14	Pedro Carneiro	IBIO	ES	CONTACTO@IBIODIVERSIDADE.ORG.BR	(27) 3229-4590
15	Juan Manuel Gantes	APÓITCHA	PB	JMGANTES@yahoo.com	(83) 3293-1316
16	Manoel José B. Gonçalves	SAPÉ	RJ	sape@ingra.org.br	(24) 33773050
17	Adriana Bravin	Bio-Bras	SP	adriana@biobras.org.br	(11) 4799-8199
18	VERNIN DEITENSAEM	PROTER	SP	vernin@uol.com.br	(13) 38216983
19	MAURO F. WAGNER	APRENEX	SC	mauro@aprenex.org.br	(48) 99310880
20	Martha Leonie Hjalmarsson	ONG Arceio	CE	ce.arceio@oi.com.br	85 87452627
21	Carlos André Curicant	SNE	PE	pedriados@hotmai.com	92992999
22	MARCUS A. GAZZ	ASSER	DF	Asserom@utbs.com.br	
23	Cinha P. Parente	CEA	RS	CINTHA.PARENTE@GMAIL.COM	5384150046
24	MIRIAM PROCKNOW	APREMAVI	SC	MIRIAM@APREMAVI.ORG.BR	(64) 32749690
25	MARILDA CRUZ LIMA DA SILVA	ISMECN	MG	marilda@ismecn.org.br	(31) 32786198

ANEXO II

ENTIDADES FILIADAS À RMA EM 2007

Minas Gerais

- Ambiente Brasil Centro de Estudos - AMBIENTE BRASIL (Viçosa)

Espírito Santo

- Comissão do Meio Ambiente de Manguinhos – COM MANGUINHOS (Serra)
- Instituto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Corredor Central da Mata Atlântica-TRAMIRIM (Cachoeiro do Itapemirim)

São Paulo

- Instituto de Educação e Pesquisa Ambiental Planeta Verde – PLANETA VERDE (Taquaritinga)
- Instituto iBiosfera – Conservação e Desenvolvimento Sustentável (São Bernardo do Campo)

ENTIDADES PRÉ-FILIADAS À RMA EM 2007

- Instituto Eco-Solidário – IES São José dos Campos/SP

122 OFÍCIO DE REG DE PESSOAS JURÍDICAS
CERS 504, BL A, LOTA 07/08 - (AV. NS SUL)
Tel: 223-4508/Fax: 225-6602 - Brasília-DF

ARQUIVADA COPIA MICROFILMADA SOB
O NÚMERO:

000057177

03/07/2007

ANEXO III

ENTIDADES FILIADAS CONSIDERADAS INATIVAS EM 2006

INSTITUTO DE REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
CERS 504.BL A, LOJA 07/08 - (AV. M3 S41)
Tel: 223-4508/Fax: 225-6602 - Brasília-DF

FICOU ARQUIVADA COPIA MICROFILMADA SOB
O NÚMERO:
00057179
03/07/2007

Bahia

- Associação Alternativa: A terra viva
- Comissão de Defesa do Meio Ambiente do Vale do Jequiçá
- Fundação Pau Brasil
- Fundação Ecológica Puturú
- Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Litoral Norte da Bahia
- Movimento Ambientalista Regional
- Movimento de Defesa de Porto Seguro

Espírito Santo

- Ave da Mata Atlântica Reabilitada

Goiás

- Associação Anapolina de Proteção ao Meio Ambiente

Pernambuco

- ECOS
- Associação Indígena Comunitária Fowa Pypny-Sô
- Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste

Paraná

- Associação Ambiental Sinfonia em Verde e Azul
- Força, Ação e Defesa Ambiental
- Movimento Ecológico Incentivo à Limpeza e Higiene Ambiental

Rio de Janeiro

- Movimento Conserv. Teresopolitano
- Centro Fluminense de Estudos e Ativ. sobre Ecologia e Qualidade de Vida
- Associação Brasil de Ecologia
- Associação Pró Natureza de Penedo
- Os Verdes - Movimento de Ecologia Social
- Programa Rural de Educação Ambiental
- Verde Cidadania

Rio Grande do Norte

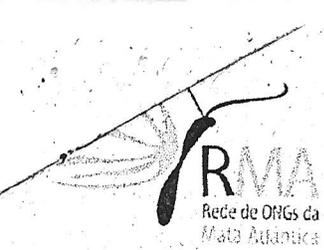
- Centro de Pesquisa e Assessoria Agroecológica Aroeira
- Associação Guamareense de Proteção e Educação Ambiental

Rio Grande do Sul

- Fundação para o Desenvolvimento Ecológico Sustentável

Santa Catarina

- Voluntários Verdade Ambiental



São Paulo

- Guest House Canto do Sabiá
- Movimento em Defesa de Ubatuba
- Associação Verdecologia Ubatuba - Grupo Guaynumby
- Instituto de Pesquisas Ambientais
- Instituto de Gestão Ambiental
- Associação Salva Mantiqueira
- Associação Museu Caiçara de Ilhabela
- Fundação Capricórnio Florestal
- Movimento de Preservação de São Sebastião
- Grupo Ecológico Vida
- Associação Ecológica Icatu
- Organização Conservacionista Mundo Ancestral
- Centro Educacional Água Viva - CEAVI
- Associação de Profissionais em Ciência Ambiental
- Associação Pró-Bocaina
- Fundação BHAKTIVEDANTA
- Sociedade Comunitária Paraibuna

122 OFÍCIO DE REG. DE PESSOAS JURÍDICAS
ICRS 504.BL A, LOJA 07/08 - (AV. M3 301)
Tel: 223-4508/Fax:225-6602 - Brasília-DF

FICOU ARQUIVADA COPIA MICROFILMADA SOB
O NÚMERO:
00057179
03/07/2007



ANEXO IV MOCÕES APRESENTADAS

122 OFÍCIO DE REG DE PESSÓAS JURÍDICAS
ICRS 504.BL A, LOJA 07/08 - (Av. W3 Sul)
Tel: 223-4508/Fax: 225-6602 - Brasília-DF

FICOU ARQUIVADA COPIA MICROFILMADA SOB

NO NÚMERO:

000051174

03/07/2007

- ✓ MOÇÃO DE APOIO À SEMANA NACIONAL DA MATA ATLÂNTICA (APOIO À CRIAÇÃO DO INSTITUTO CHICO MENDES): **APROVADA**.
- ✓ MOÇÃO DE APOIO À ASIBAMA: **REPROVADA COM 5 ABSTENÇÕES**.
- ✓ MOÇÃO PARA RETIFICAÇÃO DA PORTARIA MINISTERIAL 009/2007 (ÁREAS DE ENCRAVES FLORESTAIS DO NORDESTE): **APROVADA COM INCLUSÃO DAS MATAS SECAS DE MINAS GERAIS E SERRA DA BODOQUENA EM MS, COM DUAS ABSTENÇÕES**.
- ✓ MOÇÃO DE APOIO À REFORMA AGRÁRIA E AGRICULTURA FAMILIAR ECOLÓGICA: **APROVADA COM AS SEGUINTE SUGESTÕES: INCLUIR QUE A REFORMA AGRÁRIA NÃO SEJA FEITA EM ÁREAS DE REMANESCENTES OU FLORESTAS, E DISPONIBILIZAR O TEXTO MAIOR EM ANEXO**.
- ✓ MOÇÃO DE REPÚDIO AO PRESIDENTE DO INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ (IAP), VÍCTOR HUGO, QUE LIBEROU QUEIMADAS NO ESTADO: **APROVADA COM UMA ABSTENÇÃO**.
- ✓ MOÇÃO DE APELO PELA NÃO CONSTRUÇÃO DE ANGRA III E DE NOVAS USINAS NUCLEARES NO BRASIL: **APROVADA COM DUAS ABSTENÇÕES**.
- ✓ MOÇÃO DE REPÚDIO À TRANSPOSIÇÃO DO SÃO FRANCISCO: **APROVADA COM UMA ABSTENÇÃO**.
- ✓ MOÇÃO DE APELO AO GOVERNADOR DO ESTADO DE MS PARA APLICAÇÃO DA LEI DA MATA ATLÂNTICA EM MS: **APROVADA COM ADEQUAÇÃO DO TEXTO**.
- ✓ MOÇÃO PELA CRIAÇÃO DE UCS EM RS (PLANALTO NORDESTE DO RS) - VALE RIO PADILHA: **APROVADA SEM ABSTENÇÕES**.
- ✓ MOÇÃO PELA CRIAÇÃO DE NOVAS UCS NO SUL DA BAHIA: **APROVADA SEM ABSTENÇÕES**.
- ✓ MOÇÃO PELA CRIAÇÃO DE RESERVA BIOLÓGICA DO PEIXE-BOI NO LITORAL DO PI: **APROVADA POR UNANIMIDADE**.
- ✓ MOÇÃO DE APELO PELA CRIAÇÃO DE UC EM MG PARA PROTEÇÃO DA SERRA ITAÓCA: **APROVADA SEM ABSTENÇÕES**.
- ✓ MOÇÃO DE APELO PELA EFETIVAÇÃO DO COMITÊ ESTADUAL DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DO PARANÁ: **APROVADA SEM ABSTENÇÕES**.